



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA
GABINETE DO VEREDOR LUIZ FERNANDES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01 /2021

Susta os efeitos do Convênio Celebrado em 2021 entre a Prefeitura de Iranduba através do IMTTI com Departamento Estadual de Transito do Amazonas – DETRAN – AM, como também os efeitos do decreto nº 081/2021 GB/PMI, de 09 de julho de 2021, que “ dispõe sobre a nomeação dos membros da JARI, e dá outras providências”.

Art. 1º- Susta os efeitos, por exorbitar do poder regulamentar, Convênio Celebrado em 2021, entre a Prefeitura de Iranduba através do IMTTI com Departamento Estadual de Transito do Amazonas – DETRAN – AM.

Art. 2º cancela todas as Multas aplicadas durante a vigência do convenio entre a Prefeitura de Iranduba através do IMTTI com Departamento Estadual de Transito do Amazonas – DETRAN – AM.

Art. 3º Susta os efeitos do decreto nº 081/2021 GB/PMI, de 09 de julho de 2021, que “ dispõe sobre a nomeação dos membros da JARI.

Art. 4º- Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Legislativa do Município de Iranduba, 16 de agosto de 2017.

LUÍS CARLOS RODRIGUES DE MOURA
VEREADOR REPUBLICANOS

LUÍZ FERNANDES DE MORAES
VEREADOR- PV

CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA	
RECEBIDO EM:	16 / 08 / 2017
HORAS:	15:05
_____ FONARIO(A)	

MOVIMEN. OK

SAPL 01

CÓPIA - 12/15/2017



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA
GABINETE DO VEREDOR LUIZ FERNANDES



JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Decreto Legislativo baseia-se na competência atribuída pela Lei Orgânica do Município de Iranduba à Câmara Municipal, para sustar os atos do poder Executivo que importem em desobediência aos limites do poder regulamentar, nos termos do art. 17, XI c/c o art. 42, V, in verbis:

Art.17. É da competência exclusiva da Câmara Municipal.

IX – sustar os atos normativos do poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

Art.42 Processo Legislativo compreende a elaboração de:

V- Decretos Legislativos;

O regimento interno da Câmara Municipal ainda dar respaldo no seu art.62,V , para sustar os atos do Poder Executivo que importem em desobediência aos limites do poder regulamentar, in verbis:

Art. 62-Compete, ainda, privativamente ao plenário:

V- sustar aos atos normativos do poder Executivo que exorbitem do poder regular ou dos limites de delegação legislativa;

O Convênio Celebrado em 2021, entre a Prefeitura de Iranduba através do IMTTI com Departamento Estadual de Transito do Amazonas – DETRAN – AM, teria que ser enviado a Câmara Municipal para a apreciação e referendo do Plenário Desta Casa Legislativa como manda a Lei Orgânica em seu Capítulo VI, inciso XIII, como também o decreto com compõe os instrumentos necessário a aplicação do referido convênio.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA
GABINETE DO VEREDOR LUIZ FERNANDES

No ordenamento jurídico que disciplina a matéria, além do descumprimento de etapas formais necessárias a plena eficácia do referido ato.

Verifica - se, portanto, que as missivas publicadas pelo poder executivo no Diário Oficial do Município, a não apresentação de um plano de conscientização da população, sem qualquer publicidade ou divulgação e audiência pública com os vereadores e a população para discutir a implantação do convênio em questão, não cumpriram os requisitos exigidos pelas pela legislação em vigor.

É necessário ressaltar que o poder concedente NÃO procurou explicitar e debater junto a Câmara e aos usuários, em tempo oportuno e com razoável antecedência ao convênio com aplicações de multas,

Importante registrar que não foi apresentado a planilha de do percentual destinado ao município nas aplicações das multas.

Também não houve a ampla divulgação do convênio pela Prefeitura Municipal de Iranduba, a Câmara Municipal não tomou ciência e sequer houve um debate nesse sentido para discutir os efeitos em plena crise mundial do COVID 19.

O princípio da publicidade não se resume a publicações na imprensa oficial ou notas em portais do órgão competente, mas sim, em intensas campanhas e divulgação de propagandas institucional, com transparência e detalhes dos critérios que levaram a celebração do convênio

Neste sentido, verifica-se a inexistência de informações suficientes para a implementação do Convênio entre a prefeitura e o DETRAN-AM.


O presente Projeto de Decreto Legislativo fundamenta-se, inicialmente, na **IRRESPONSABILIDADE** da postura que o atual Governo vem adotando acerca de repassar integralmente o ônus financeiro à parcela da população mais desprotegida.



ESTADO DO AMAZONAS
CÂMARA MUNICIPAL DE IRANDUBA
GABINETE DO VEREDOR LUIZ FERNANDES

A publicação da norma, ao afrontar os dispositivos apresentados anteriormente, demonstra que a publicação EXORBITOU os limites legais impostos pelo Legislador além do não atendimento dos diversos atos normativos necessários para validade e eficácia do Ato.

Nesse sentido, considerando os argumentos legais apresentados, REQUEIRO aos nobres pares a IMEDIATA aprovação do Projeto de Decreto Legal



LUÍS CARLOS RODRIGUES DE MOURA
VEREADOR REPUBLICANOS



LUIZ FERNANDES DE MORAES
VEREADOR- PV